



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

Exercício 2023

As Demonstrações Contábeis do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama contemplam a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, além de recursos próprios, sendo materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE	366.666.358,78	339.860.407,81	PASSIVO CIRCULANTE	161.653.429,63	120.061.168,31
Caixa e Equivalentes de Caixa	305.986.831,86	286.549.909,67	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	113.504.729,85	75.849.381,37
Créditos a Curto Prazo	59.620.856,58	51.145.739,93	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	3.381.174,82	894.820,44
Demais Créditos e Valores	59.620.856,58	51.145.739,93	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	1.058.670,34	2.164.758,21	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.435.420.563,41	1.439.776.410,63	Demais Obrigações a Curto Prazo	44.767.524,96	43.316.966,50
Ativo Realizável a Longo Prazo	165.173.528,36	202.917.856,55	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Créditos a Longo Prazo	165.173.528,36	202.917.856,55	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	298.866,60	298.866,60	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	338.420.923,12	338.420.923,12	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	161.653.429,63	120.061.168,31
Dívida Ativa Não Tributária	20.486.465.407,76	18.855.815.307,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Demais Créditos e Valores	45.217,98	45.217,98	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-20.660.056.887,10	-18.991.662.458,15	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Investimentos	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Imobilizado	1.256.886.455,43	1.223.497.974,46	Reservas de Capital	70.000,00	70.000,00
Bens Móveis	203.061.646,30	186.242.045,34	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	221.164.375,38	204.414.885,41	Reservas de Lucros	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-18.102.729,08	-18.172.840,07	Demais Reservas	66.975.523,93	-
Bens Imóveis	1.053.824.809,13	1.037.255.929,12	Resultados Acumulados	1.573.387.968,63	1.659.505.650,13
Bens Imóveis	1.056.371.815,14	1.039.387.691,91	Resultado do Exercício	-342.666.802,29	375.694.386,80
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-2.547.006,01	-2.131.762,79	Resultados de Exercícios Anteriores	1.650.620.792,94	1.268.223.190,33
Intangível	13.360.579,62	13.360.579,62	Ajustes de Exercícios Anteriores	265.433.977,98	15.588.073,00
Softwares	13.282.812,05	13.282.812,05	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.640.433.492,56	1.659.575.650,13
Softwares	13.282.812,05	13.282.812,05			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	77.767,57	77.767,57			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	77.767,57	77.767,57			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
TOTAL DO ATIVO	1.802.086.922,19	1.779.636.818,44	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.802.086.922,19	1.779.636.818,44

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	305.986.831,86	286.549.909,67	PASSIVO FINANCEIRO	276.907.495,28	229.877.230,22
ATIVO PERMANENTE	1.496.100.090,33	1.493.086.908,77	PASSIVO PERMANENTE	48.765.694,33	18.710.231,34
			SALDO PATRIMONIAL	1.476.413.732,58	1.531.049.356,88

QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	26.158.812,34	28.228.843,80	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	209.789.431,90	296.277.126,21
Atos Potenciais Ativos	26.158.812,34	28.228.843,80	Atos Potenciais Passivos	209.789.431,90	296.277.126,21
Garantias e Contragarantias Recebidas	1.850.864,09	1.850.864,09	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	24.307.948,25	26.377.979,71	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	23.152.414,52	12.825.611,53
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	186.637.017,38	283.451.514,68
TOTAL	26.158.812,34	28.228.843,80	TOTAL	209.789.431,90	296.277.126,21
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL					
DESTINAÇÃO DE RECURSOS			SUPERAVID/DEFICIT FINANCEIRO		
Recursos Ordinários			-31.256.005,06		
Recursos Vinculados			60.335.341,64		
Previdência Social (RPPS)			-		
Dívida Pública			-20.360.499,99		
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas			80.695.841,63		
TOTAL			29.079.336,58		

BALANÇO FINANCEIRO					
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Receitas Orçamentárias	592.195.453,84	575.738.335,00	Despesas Orçamentárias	1.734.494.451,27	1.523.578.593,28
Ordinárias	-	-	Ordinárias	636.258.709,53	551.617.250,66
Vinculadas	592.777.010,82	577.107.226,39	Vinculadas	1.098.235.741,74	971.961.342,62
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	604.490.047,93	4.043.847,72
Alienação de Bens e Direitos		752.420,00	Previdência Social (RPPS)	-	601.960.195,48
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	592.777.010,82	-	Dívida Pública	52.675.001,86	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		576.354.806,39	Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	441.070.691,95	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-581.556,98	-1.368.891,39	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		365.957.299,42
Transferências Financeiras Recebidas	3.709.204.697,42	3.543.068.694,94	Transferências Financeiras Concedidas	2.819.160.801,84	2.593.442.925,62
Resultantes da Execução Orçamentária	3.072.359.391,41	2.800.071.672,91	Resultantes da Execução Orçamentária	1.610.967.164,20	1.456.853.868,56
Repasse Recebido	1.481.618.693,00	1.367.538.030,80	Repasse Concedido	20.225.495,92	24.320.226,45
Sub-repasse Recebido	1.590.739.728,54	1.432.533.642,11	Sub-repasse Concedido	1.590.739.728,54	1.432.533.642,11
Sub-repasse Devolvido	969,87		Repasse Devolvido	969,87	
Independentes da Execução Orçamentária	636.845.306,01	742.997.022,03	Sub-repasse Devolvido	969,87	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	149.638.756,01	273.315.581,31	Independentes da Execução Orçamentária	1.208.193.637,64	1.136.589.057,06
Demais Transferências Recebidas	1.392.885,80	1.331.629,54	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	82.243.662,11	145.122.080,03
Movimentação de Saldos Patrimoniais	485.813.664,20	468.349.811,18	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.125.949.975,53	991.466.977,03
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	747.033.137,35	591.663.052,83	Pagamentos Extraorçamentários	475.341.113,31	520.239.436,43
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	88.648.492,46	79.248.359,18	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	78.843.625,15	81.161.699,75
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	142.124.979,95	89.014.380,80	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	78.820.449,33	143.844.368,36
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	318.794.863,86	296.064.238,21	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	317.659.281,69	295.233.368,32
Outros Recebimentos Extraorçamentários	197.464.801,08	127.336.074,64	Outros Pagamentos Extraorçamentários	17.757,14	-
Restituições a Pagar		1.412,28	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	1.412,28	
Arrecadação de Outra Unidade	197.464.801,08	127.320.548,80	Demais Pagamentos	16.344,86	
Demais Recebimentos		14.113,56			
Saldo do Exercício Anterior	286.549.909,67	213.340.782,23	Saldo para o Exercício Seguinte	305.986.831,86	286.549.909,67
Caixa e Equivalentes de Caixa	286.549.909,67	213.340.782,23	Caixa e Equivalentes de Caixa	305.986.831,86	286.549.909,67
TOTAL	5.334.983.198,28	4.923.810.865,00	TOTAL	5.334.983.198,28	4.923.810.865,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	550.697.788,00	550.697.788,00	592.031.153,84	41.333.365,84
Receitas Tributárias	229.395.330,00	229.395.330,00	299.547.742,65	70.152.412,65
Taxas	229.395.330,00	229.395.330,00	299.547.742,65	70.152.412,65
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	18.357.334,00	18.357.334,00	13.747.910,51	-4.609.423,49
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	37.291,00	37.291,00	14.984,61	-22.306,39
Exploração de Recursos Naturais	18.320.043,00	18.320.043,00	13.732.925,90	-4.587.117,10
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	164.007.797,00	164.007.797,00	149.351.395,73	-14.656.401,27
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	164.007.797,00	164.007.797,00	149.351.395,73	-14.656.401,27
Transferências Correntes	-	-	-1.412,28	-1.412,28
Outras Receitas Correntes	138.937.327,00	138.937.327,00	129.385.517,23	-9.551.809,77
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	137.437.436,00	137.437.436,00	127.917.304,23	-9.520.131,77
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.470.959,00	1.470.959,00	1.323.333,67	-147.625,33
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	112.051,40	112.051,40
Demais Receitas Correntes	28.932,00	28.932,00	32.827,93	3.895,93
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	164.300,00	164.300,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	164.300,00	164.300,00
Alienação de Bens Móveis	-	-	164.300,00	164.300,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	550.697.788,00	550.697.788,00	592.195.453,84	41.497.665,84
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	550.697.788,00	550.697.788,00	592.195.453,84	41.497.665,84
DEFICIT			1.142.298.997,43	1.142.298.997,43
TOTAL	550.697.788,00	550.697.788,00	1.734.494.451,27	1.183.796.663,27
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-1.172.203,00	-	1.172.203,00
Superavit Financeiro	-	63.800.000,00	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-64.972.203,00	-	-

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.784.602.907,00	1.760.923.200,00	1.712.025.678,93	1.590.904.326,78	1.502.260.534,32	48.897.521,07
Pessoal, e Encargos Sociais	1.124.037.583,00	1.188.469.509,00	1.183.050.134,42	1.170.648.522,06	1.092.634.737,08	5.419.374,58
Outras Despesas Correntes	660.565.324,00	572.453.691,00	528.975.544,51	420.255.804,72	409.625.797,24	43.478.146,49
DESPESAS DE CAPITAL	6.455.556,00	28.963.060,00	22.468.772,34	1.465.144,54	1.460.444,54	6.494.287,66
Investimentos	6.455.556,00	28.963.060,00	22.468.772,34	1.465.144,54	1.460.444,54	6.494.287,66
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	77.815.616,00	77.815.616,00	-	-	-	77.815.616,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.868.874.079,00	1.867.701.876,00	1.734.494.451,27	1.592.369.471,32	1.503.720.978,86	133.207.424,73
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.868.874.079,00	1.867.701.876,00	1.734.494.451,27	1.592.369.471,32	1.503.720.978,86	133.207.424,73
TOTAL	1.868.874.079,00	1.867.701.876,00	1.734.494.451,27	1.592.369.471,32	1.503.720.978,86	133.207.424,73

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	18.188.761,54	81.802.019,17	62.292.878,90	61.316.375,97	24.127.119,50	14.547.285,24
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	18.188.761,54	81.802.019,17	62.292.878,90	61.316.375,97	24.127.119,50	14.547.285,24
DESPESAS DE CAPITAL	21.323.150,91	7.212.361,63	17.504.073,36	17.504.073,36	2.707.441,46	8.323.997,72
Investimentos	21.323.150,91	7.212.361,63	17.504.073,36	17.504.073,36	2.707.441,46	8.323.997,72
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	39.511.912,45	89.014.380,80	79.796.952,26	78.820.449,33	26.834.560,96	22.871.282,96

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	242.866,85	79.271.649,87	78.842.650,83	378.741,80	293.124,09
Pessoal e Encargos Sociais	2.135,46	72.317.046,25	72.170.766,69	148.415,02	0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	240.731,39	6.954.603,62	6.671.884,14	230.326,78	293.124,09
DESPESAS DE CAPITAL	-	974,32	974,32	-	-
Investimentos	-	974,32	974,32	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	242.866,85	79.272.624,19	78.843.625,15	378.741,80	293.124,09

DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	38.238.114,41	133.411.508,81
INGRESSOS	4.817.495.516,20	4.541.470.422,79
Receita Tributária	299.547.742,65	255.280.573,18
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	13.747.910,51	14.074.413,85
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	149.351.395,73	163.438.115,50
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	129.385.517,23	130.712.627,03
Transferências Recebidas	-1.412,28	11.495.685,44
Outras Transferências Recebidas	-1.412,28	11.495.685,44
Outros Ingressos Operacionais	4.225.464.362,36	3.966.469.007,79
Ingressos Extraorçamentários	318.794.863,86	296.064.238,21
Restituições a Pagar	-	1.412,28
Transferências Financeiras Recebidas	3.709.204.697,42	3.543.068.694,94
Arrecadação de Outra Unidade	197.464.801,08	127.320.548,80
Demais Recebimentos	-	14.113,56
DESEMBOLSOS	-4.779.257.401,79	-4.408.058.913,98
Pessoal e Demais Despesas	-1.551.014.173,54	-1.432.270.353,89
Essencial à Justiça	-68.344,84	-
Administração	-	-
Previdência Social	-642.292.071,53	-607.603.024,06
Direitos da Cidadania	-637.108,49	-1.592.284,71
Gestão Ambiental	-907.485.560,05	-822.786.722,09
Agricultura	-271.740,26	-
Transporte	-86.380,21	-131.770,98
Encargos Especiais	-172.968,16	-156.552,05
Transferências Concedidas	-91.405.387,58	-87.112.266,15
Intragovernamentais	-91.405.387,58	-86.403.780,20
Outras Transferências Concedidas	-	-708.485,95
Outros Desembolsos Operacionais	-3.136.837.840,67	-2.888.676.293,94
Dispêndios Extraorçamentários	-317.659.281,69	-295.233.368,32
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-1.412,28	-
Transferências Financeiras Concedidas	-2.819.160.801,84	-2.593.442.925,62
Demais Pagamentos	-16.344,86	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-18.801.192,22	-60.202.381,37
INGRESSOS	164.300,00	736.920,00
Alienação de Bens	164.300,00	736.920,00
DESEMBOLSOS	-18.965.492,22	-60.939.301,37
Aquisição de Ativo Não Circulante	-18.965.492,22	-56.285.693,90
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-4.653.607,47
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19.436.922,19	73.209.127,44
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	286.549.909,67	213.340.782,23
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	305.986.831,86	286.549.909,67

DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	4.809.180.136,87	5.068.204.560,87
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	430.629.959,27	367.019.590,76
Impostos	20.283.119,40	18.348.218,80
Taxas	410.346.839,87	348.671.371,96
Contribuições	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	149.364.265,48	163.786.544,62
Venda de Mercadorias	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	149.364.265,48	163.786.544,62
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	43.921,18	108.205,13
Juros e Encargos de Mora	43.921,18	108.205,13
Transferências e Delegações Recebidas	3.742.141.805,63	3.576.433.955,27
Transferências Intragovernamentais	3.709.204.697,42	3.543.082.808,50
Transferências das Instituições Privadas	-1.412,28	11.495.685,44
Outras Transferências e Delegações Recebidas	32.938.520,49	21.855.461,33
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	455.420.858,06	787.927.185,36
Reavaliação de Ativos	-	3.311.170,16
Ganhos com Alienação	122.322,00	398.412,63
Ganhos com Incorporação de Ativos	437.009.385,29	517.987.860,53
Ganhos com Desincorporação de Passivos	18.289.150,77	266.229.742,04
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	31.579.327,25	172.929.079,73
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	31.579.327,25	172.929.079,73

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	5.151.846.939,16	4.692.510.174,07
Pessoal e Encargos	618.384.793,55	544.180.576,65
Remuneração a Pessoal	482.088.044,41	424.542.625,65
Encargos Patronais	98.612.793,64	91.993.440,13
Benefícios a Pessoal	35.193.529,03	25.405.110,15
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	2.490.426,47	2.239.400,72
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	655.986.723,90	618.521.359,75
Aposentadorias e Reformas	470.942.602,18	443.706.446,83
Pensões	175.419.337,21	165.808.936,43
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	9.624.784,51	9.005.976,49
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	392.529.800,89	343.511.137,81
Uso de Material de Consumo	23.950.724,12	20.109.620,29
Serviços	366.717.617,54	320.473.299,43
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.861.459,23	2.928.218,09
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	10.487,06	5.017,70
Juros e Encargos de Mora	8.040,11	5.017,66
Descontos Financeiros Concedidos	2.446,95	0,04
Transferências e Delegações Concedidas	2.863.280.426,04	2.642.274.825,70
Transferências Intragovernamentais	2.819.177.146,70	2.593.442.925,62
Transferências Intergovernamentais	-	151.827,71
Outras Transferências e Delegações Concedidas	44.103.279,34	48.680.072,37

Valores em milhares de reais (R\$)

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	476.369.901,36	514.693.105,30
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	406.018.112,19	479.604.006,59
Perdas com Alienação	885.528,86	435.435,34
Perdas Involuntárias	315,98	29.030,91
Incorporação de Passivos	20.471.265,31	5.914.893,50
Desincorporação de Ativos	48.994.679,02	28.709.738,96
Tributárias	1.789.753,01	2.141.060,03
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	226.377,90	307.822,08
Contribuições	1.563.375,11	1.833.237,95
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	143.495.053,35	27.183.091,13
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	143.495.053,35	27.183.091,13
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-342.666.802,29	375.694.386,80
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS	2023	2022
	-	-

IBAMA

M M A

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 1 – Contexto Operacional

Nota 1 – Contexto Operacional

O IBAMA é uma Autarquia Federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, conforme art. 2º da Lei 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. Suas principais atribuições, de acordo com o Art. 5º, da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2017 são:

- I. Exercer o poder de polícia ambiental;
- II. Executar ações do meio ambiente, referentes às atribuições federais do licenciamento ambiental, controle da qualidade ambiental, autorização de uso dos recursos naturais e fiscalização, monitoramento e controle ambiental, observadas as diretrizes emanadas do Ministério do meio Ambiente; e
- III. Executar as ações supletivas e subsidiárias de competência da União, em conformidade com a legislação vigente.

Sua estrutura organizacional está definida no seu Regimento Interno, aprovado por meio da Portaria Nº 92, de 14 de setembro de 2022.

Missão: Formular e implementar políticas públicas ambientais visando proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Visão: Ser reconhecido como referência nacional e internacional na efetiva conservação e proteção do meio ambiente, no fomento do desenvolvimento socioeconômico sustentável e na produção de conhecimento.

Valores:

- Responsabilidade Ambiental: adotar uma postura ativa para promover práticas ambientais sustentáveis e eficientes;

- Comprometimento com o Resultado: atuar de forma planejada, integrada e objetiva, com foco nos objetivos institucionais e na geração de valor socioeconômico;
- Integridade na Conduta: agir com princípios e ética, de forma a promover uma gestão transparente e responsável, e assegurar o interesse público;
- Valorização do Profissional: reconhecer a competência técnica e objetiva dos servidores, de modo a valorizar as realizações funcionais destes;
- Comprometimento com a Sociedade: atender as expectativas da sociedade de forma ágil e inovadora, demonstrando empenho na prestação dos serviços públicos; e
- Valorização do Conhecimento: gerar e difundir conhecimento em meio ambiente.

Nota 2 – Elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis

Na elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis foram consideradas as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como aspectos gerais da Lei 4.320/64, atendendo também ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP 9ª edição e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCTSP, compostas por:

- Balanço Patrimonial - BP;
- Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP;
- Balanço Orçamentário - BO;
- Balanço Financeiro - BF;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC; e
- Notas Explicativas – NE.

Tais Demonstrações estão disponibilizadas para o público externo no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/demonstracoes-contabeis>.

As Demonstrações do IBAMA foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI e consolidam as ações executadas por suas diversas Unidades Gestoras – UGs:

UNIDADE GESTORA (UG)	NOME DA UG
193034	IBAMA – Matriz - Sede
193099	IBAMA - Sede
193100	Superintendência/AM
193101	Superintendência/AL
193102	Superintendência/AP
193103	Superintendência/BA
193104	Superintendência/CE
193105	Superintendência/AC
193106	Superintendência/DF
193107	Superintendência/ES
193108	Superintendência/GO
193110	Superintendência/MA
193111	Superintendência/MG
193112	Superintendência/MS
193113	Superintendência/MT
193114	Superintendência/PA
193115	Superintendência/PB
193116	Superintendência/PE
193117	Superintendência/PI
193118	Superintendência/PR
193119	Superintendência/RJ
193120	Superintendência/RN

193121	Superintendência/RO
193122	Superintendência/RR
193124	Superintendência/RS
193125	Superintendência/SC
193126	Superintendência/SE
193129	Superintendência/SP
193183	Superintendência/TO
193330	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

Conforme dispõe o artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64, os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais.

As peças contábeis apresentadas têm a finalidade de oferecer subsídios essenciais à análise e verificação do perfil financeiro e patrimonial da gestão da instituição, bem como outros resultados.

Nota 3 - Regime de Escrituração

Utiliza-se o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício de 2023. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando auferidas ou incorridas, independentemente do seu efetivo recebimento ou pagamento.

Nota 4 – Análise Patrimonial

4.1 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do Ibama, por meio das contas representativas do patrimônio da instituição.

4.1.1 ATIVO

Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Os ativos e passivos são segregados em circulante e não circulante, se estiverem disponíveis para realização imediata ou com expectativa de realização em até 12 meses após a data das demonstrações contábeis (curto prazo/circulante) ou após 12 meses da data das demonstrações contábeis (longo prazo/não circulante).

4.1.1.1 Ativo Circulante

Os ativos devem ser classificados como circulante quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- a. Estiverem disponíveis para realização imediata; e
- b. Tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

4.1.1.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Observa-se um pequeno aumento no total de Caixa e Equivalente de caixa em relação a 2022.

4.1.1.3 Ativo Realizável a Longo Prazo

De acordo com o MCASP, o Realizável a Longo Prazo compreende os bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis após doze meses da publicação das demonstrações contábeis. Neste grupo temos os créditos inscritos em Dívida Ativa do IBAMA, divididos em: Tributários e Não Tributários.

A partir do primeiro semestre de 2020, em parceria com a CGU, foram alterados os critérios de registro, no SIAFI, dos valores relativos a inscrições e baixas em Dívida Ativa tributária e não tributária.

Anteriormente os registros eram feitos de forma individualizada, a partir de cada processo de cobrança, em 28 unidades gestoras executoras, esse procedimento foi alterado e centralizado em uma unidade gestora da sede.

Em 2022, a contabilização passou a ser feita por totais mensais a partir das informações extraídas do sistema de cobranças do Ibama, denominado SICAFI.

Em 2023 iniciou-se a contabilização das baixas de inscrições em Dívida Ativa, por motivo de baixa (recebimento, prescrição, decisão judicial, entre outras), fato este que qualificou o registro contábil.

Mensalmente também é feita a atualização, por ano, do saldo de inscrições em Dívida Ativa, utilizando-se a Selic.

Em seguida é feita a contabilização de uma provisão para perdas no recebimento desses valores, por meio de um percentual de perdas estimadas que leva em consideração os três últimos anos para identificar o percentual de recebimentos em relação ao montante de inscrições existentes, esse resultado foi subtraído de 100 e foi lançada provisão de perdas utilizando-se a conta redutora do ativo 121119906.

4.1.1.4 Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os

decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Observa-se em 2.023 um pequeno aumento no saldo de Bens Imóveis, decorrente de reavaliação deles.

4.1.2 PASSIVO

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

4.1.2.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito: aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Verificou-se um aumento de 49,64% na conta em comparação ao último trimestre concluído de 2022, devido na maior parte pela existência de obrigações de pagamento de décimo terceiro que não puderam ser quitadas integralmente no exercício de 2.023, regularizadas no exercício de 2024.

4.1.2.2 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

De acordo com o MCASP compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar com vencimento em até doze meses, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Houve um aumento de 277,86% na conta em comparação ao último trimestre concluído de 2.022, sendo a maior parte referente a serviços prestados e não pagos

relativos a contratos de TI e de terceirização a serem quitados no curto prazo que não puderam ser quitados integralmente no exercício. Vale notar que apesar do aumento expressivo a conta representa apenas aproximadamente 2% do passivo.

4.1.3 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

Este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

Houve um déficit patrimonial de R\$ 342.666.802,29 (trezentos e quarenta e dois milhões e seiscentos e sessenta e seis mil e oitocentos e dois reais e vinte e nove centavos), redução de 191,21% em relação ao mesmo período de 2022. A redução nas Variações Patrimoniais Aumentativas em 5,11%, o reconhecimento das baixas de valores de Dívida Ativa não-tributária e o aumento nas Transferências e Delegações Concedidas são os principais responsáveis pela maior parte desse déficit.

4.1.4 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

4.2.4.1 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

De acordo com o MCASP compreende toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

4.1.4.2 Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

4.1.4.3 Transferências Recebidas

De acordo com o MCASP compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

4.1.4.4 Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

De acordo com o MCASP Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos etc.

Apesar do aumento em 17,69% nas VPAs de Impostos e Taxas, houve uma redução de 5,11% no total das VPAs em comparação com o mesmo período de 2.022. Essa redução é motivada pela diminuição, no período, da exploração dos bens e direitos do Ibama para arrecadação de recurso, demonstrado pelas reduções de 8,81% na Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços e redução de 42,20% nas Valorizações e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos.

A partir de janeiro de 2.023 estão sendo realizados ajustes e contabilização da baixa de Dívida Ativa por motivos específicos (Recebimento, Prescrição e por Decisão Judicial),

o que causou ajustes reduzindo as VPAs dessa conta em relação ao mesmo período de 2.022.

4.1.5 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

4.1.5.1 Pessoal e Encargos

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como as variações patrimoniais diminutivas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes as mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

Houve um aumento de 13,64% em relação ao mesmo período no ano de 2.022, motivado pelos reajustes salariais e acréscimo ao auxílio-alimentação concedidos em 2.023.

4.1.5.2 Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos ou com a desincorporação de passivos.

Constata-se um aumento de 246,10% em relação ao mesmo período no ano de 2.022, o aumento se refere a passivos relativos à retenção de tributos sobre pagamentos realizados pelo Ibama a serem recolhidos ao tesouro.

4.1.5.3 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

De acordo com o MCASP compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. Compreende: premiações, incentivos,

equalizações de preços e taxas, participações e contribuições, resultado negativo com participações, dentre outros.

Similarmente às VPAs, devido ao início do registro de ajustes e contabilização da Dívida Ativa não-tributária, sua atualização e baixas por motivos específicos (Recebimento, Prescrição e por Decisão Judicial) no presente ano é que ocorreu a variação expressiva de 427,88%. Apesar do alto número, essa conta representa apenas 2,79% das VPDs do período.

4.2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário tem a finalidade de evidenciar o confronto entre a estimativa das receitas e despesas com a execução. Outra informação importante apresentada neste relatório contábil é o resultado da execução orçamentária (superávit ou déficit orçamentário).

4.2.1 Receitas Correntes

Receitas Correntes são as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, provocam efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido. Consideram-se realizadas as receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária.

Em relação à receita corrente para o ano de 2.023 foram arrecadados 107,51% do valor total previsto, com destaque para a arrecadação de 130,58% do previsto para as receitas tributárias, composta principalmente pela Taxas de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, dentre outras.

As demais arrecadações foram realizadas em porcentagens menores, em média aproximadamente 90%.

4.2.2 Déficit

Representa a eventual diferença, a menor, entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas.

Observa-se que a causa desse déficit, em grande parte, é proveniente do orçamento referente a pessoal e encargos sociais, que é todo descentralizado no início do ano. Se não considerarmos a folha de pessoal dos ativos e inativos e os encargos sociais, considerarmos somente as despesas de custeio do Órgão, o balanço orçamentário seria superavitário.

4.3 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

Este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

Houve um déficit patrimonial de R\$ 342.666.802,29 (trezentos e quarenta e dois milhões e seiscentos e sessenta e seis mil e oitocentos e dois reais e vinte e nove centavos), redução de 191,21% em relação ao mesmo período de 2022. A redução nas Variações Patrimoniais Aumentativas em 5,11%, o reconhecimento das baixas de valores de Dívida Ativa não-tributária e o aumento nas Transferências e Delegações Concedidas são os principais responsáveis pela maior parte desse déficit.

4.3.1 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

4.3.1.1 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

De acordo com o MCASP compreende toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

4.3.1.2 Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

4.3.1.3 Transferências Recebidas

De acordo com o MCASP compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

4.3.1.4 Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

De acordo com o MCASP Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos etc.

Apesar do aumento em 17,69% nas VPAs de Impostos e Taxas, houve uma redução de 5,11% no total das VPAs em comparação com o mesmo período de 2022. Essa redução é motivada pela diminuição, no período, da exploração dos bens e direitos do Ibama para arrecadação de recurso, demonstrado pelas reduções de 8,81% na Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços e redução de 42,20% nas Valorizações e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos.

A partir de janeiro de 2023 estão sendo realizados ajustes e contabilização da baixa de Dívida Ativa por motivos específicos (Recebimento, Prescrição e por Decisão Judicial),

o que causou ajustes reduzindo as VPAs dessa conta em relação ao mesmo período de 2022.

4.3.2 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

4.3.2.1 Pessoal e Encargos

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como as variações patrimoniais diminutivas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes as mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

Houve um aumento de 13,64% em relação ao mesmo período no ano de 2022, motivado pelos reajustes salariais e acréscimo ao auxílio-alimentação concedidos em 2023.

4.3.2.2 Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos ou com a desincorporação de passivos.

Constata-se um aumento de 246,10% em relação ao mesmo período no ano de 2022, o aumento se refere a passivos relativos à retenção de tributos sobre pagamentos realizados pelo Ibama a serem recolhidos ao tesouro.

4.3.2.4 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

De acordo com o MCASP compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. Compreende: premiações, incentivos, equalizações de preços e taxas, participações e contribuições, resultado negativo com participações, dentre outros.

Similarmente às VPAs, devido ao início do registro de ajustes e contabilização da Dívida Ativa não-tributária, sua atualização e baixas por motivos específicos (Recebimento, Prescrição e por Decisão Judicial) no presente ano é que ocorreu a variação expressiva de 427,88%. Apesar do alto número, essa conta representa apenas 2,79% das VPDs do período.

Nota 5 – Informações Adicionais

Depreciação

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) tem uma estrutura descentralizada de controle patrimonial, financeiro, administrativo e contábil, existindo Coordenações Gerais na sede, em Brasília, e núcleos estaduais que efetuam procedimentos ordinários, controles e registros de depreciação em cada uma das unidades da federação.

O Serviço de Patrimônio auxiliado pela Coordenação de Contabilidade, executam ações desde 2010, para a implantação e aprimoramento de rotinas de execução dos lançamentos de depreciação, em todas as Unidades Gestoras do IBAMA.

Nesse contexto o registro da depreciação vem sendo efetuado parcialmente desde 2010 pelos núcleos estaduais e pela sede em Brasília de acordo com a localização dos bens em questão.

Ressalta-se que as depreciações são calculadas utilizando-se o Método Linear, aplicando-se as taxas admitidas pela legislação fiscal vigente sobre o valor histórico corrigido dos bens.

Esclarece-se que com o início, em 2023, da implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), o cálculo da depreciação está sendo feito de forma automatizada, incluindo seus registros no SIAFI, para todas as Unidades Gestoras da instituição que já implantaram o referido sistema.

Saldos Pendentes em Contas relativas a bens imóveis

Identifica-se a existência de saldos pendentes de finalização nas contas: Edifícios, Obras em Andamento, Estudos e Projetos, Instalações e Benfeitorias em Propriedades de Terceiros.

Tais saldos resultam de obras (construções e/ou reformas) que se encontram pendentes de baixa em determinadas Unidades Gestoras, esses casos são tratados em processos específicos, onde consta levantamento de saldos individualizados com o objetivo de identificar as características de cada situação, com vistas a criar condições para a solução de cada caso.

Informa-se ainda que existem situações em que a baixa dos valores depende de procedimentos externos, tais como transferências, certidões em cartórios, finalização e entrega de obras, o que demanda mais prazo para resolução.

Registros de Transferências Voluntárias

Identifica-se a existência de 6 instrumentos de transferências voluntárias com registros na Conta 81.221.01.03, em situação "A Aprovar", com prazo superior ao estabelecido pela legislação vigente, que estão sendo tratados em processos específicos.

Suprimentos de Fundos

Desde o exercício de 2012, o IBAMA editou a Instrução Normativa Nº 12, de 14/12/2012 – Boletim de Serviço especial Nº12 – Especial, disciplinando a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) e a concessão do Suprimento de Fundos.

Considerando o tempo decorrido da publicação dessa normatização interna, estão em andamento estudos para a modernização desse instrumento.

Execução Orçamentária

O IBAMA é uma Unidade Orçamentária que opera de forma centralizada e descentralizada, com execução do orçamento no âmbito da Sede e das Unidades Descentralizadas (30 Unidades Gestoras Executoras), com representação em todo território brasileiro.

A Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023, Lei Orçamentária Anual 2.022, consignou ao Ibama orçamento de R\$ 1,8 bilhão (Os valores incluem a reserva de contingência - R\$ 77,8 milhões).

No Ibama Sede ocorre a execução de grande parte das despesas, com forte impacto das despesas de pessoal, custeio e investimentos.

Com a promulgação da EC nº 100, de 26 de setembro de 2019, o § 10 ao art. 165 da Constituição Federal (CF), impôs aos gestores públicos “o dever de executar as programações orçamentárias” e de adotar “os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade”, esse cenário mudou consideravelmente o antigo conceito de orçamento autorizativo, em que as dotações orçamentárias constituíam autorizações para a execução de despesas pela administração pública.

No que se refere ao orçamento discricionário, entre as alterações orçamentárias ocorridas no exercício, destaca-se a publicação da Medida Provisória - MP nº 1.168, de 3 de abril de 2023, que abriu crédito extraordinário no valor de R\$ 63,8 milhões, na ação 21EK, destinada à fiscalização ambiental relacionada à proteção da vida, da saúde e da segurança em terras indígenas.

Essa MP não foi convertida em lei dentro do prazo legal, sendo que o limite de tempo para empenho foi antecipado para o mês de agosto, ou seja, algumas despesas planejadas não tiveram tempo hábil para andamento, e o valor total executado ficou no montante de R\$ 43,6 milhões.

Destaca-se que no exercício, não ocorreu limitação de empenho, possibilitando a execução da dotação referente às despesas discricionárias no montante de R\$ 566 milhões, com performance de 96% (noventa e oito por cento).

Conformidade de Registro de Gestão

A partir do ano de 2020 a Coordenação de Contabilidade (CCONT/IBAMA), no âmbito do Processo SEI 02001.013314/2020-40, iniciou um amplo trabalho nas 30 Unidades Gestoras da instituição, com o objetivo de adequar os procedimentos internos de registro de conformidade de gestão aos padrões estabelecidos na Macrofunção 020314 – Conformidade de Registro de Gestão. Tal ação resultou na indicação, via boletim de serviço, de novos conformadores que não tem perfil de execução no SIAFI.

Ressalta-se que essa CCONT faz acompanhamento específico e diário dos registros de conformidade das 30 Unidades Gestoras do IBAMA, no sentido de melhorar os processos e de garantir a adequação do processo ao preconizado na Macrofunção específica.

Brasília, 26 de fevereiro de 2024

Fernando de Souza
Coordenador de Contabilidade
CRC GO-011556/O

IBAMA

M M A